

# Informe

# APUB

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS  
DA BAHIA - SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN  
Informe Especial - Maio/2006

## EDITORIAL

### Em busca de alternativas para a luta

A conjuntura brasileira, em 2006, coloca desafios ao Movimento Docente (MD). A APUB, com o apoio de outras sete Associações Docentes (AD), decidiu propor às bases e às lideranças



do MD o aprofundamento do debate sobre os problemas e perspectivas que nos aguardam, nesse ano eleitoral e conturbado pela conjuntura nacional adversa. Assim surgiu o seminário "Movimento Docente e Conjuntura Nacional", realizado de 26 a 28/04, em unidades da UFBA e do CEFET.

Durante três dias, estiveram em pauta o balanço das campanhas salariais de 2004 e 2005, a suspensão do registro sindical da ANDES, as dificuldades de representatividade e mobilização para nossas Assembléias e Congressos, as novas formas de mobilização que vêm surgindo, as novas alternativas de luta.

APUB (Bahia), ADUFC (Ceará), ADUFG (Goiás), ADUFMS (Mato Grosso do Sul), ADUFRGS (Rio Grande do Sul), ADUFSCAR (São Carlos), ADURN (Rio Grande do Norte) e APUPH (Minas Gerais), reivindicando ser sujeito atuante e eficaz da história, buscaram discutir o papel das ADs em nossas frentes de atuação política, a fim de interferir eficazmente nas lutas e desafios. Convidada, a ANDES se recusou a participar do evento, sob a alegação de que se tratava de uma tentativa de contestar as decisões do 25º Congresso.

### Abertura teve boa música



Apresentação dos professores Robson Barreto (violinista) e Sônia Chada (obeísta), com clássicos da música brasileira, marcaram o início das atividades do Seminário (26). Participaram da mesa de abertura o reitor da UFBA em exercício, Francisco Mesquita, a diretora-geral do CEFET, Aurina Santana, e o presidente do Proifes, Gil Vicente. Associações Docentes que apoiaram o evento também estiveram presentes.

### ANDES agride Movimento ao se recusar a participar

A recusa da ANDES em participar do Seminário "Conjuntura Nacional e Movimento Docente", promovido pela APUB com apoio de sete Associações Docentes de Universidades Federais, representou agressão, que divulgamos, porque desnuda o agressor, e nos causa repulsa por ferir a democracia e a representatividade no Movimento Docente.

O comunicado diz que considera o tema "de extrema importância" (...) "tema central dos nossos congressos" e afirma que do Congresso emanou (sic) deliberações do Sindicato, concluindo com dois parágrafos extremamente reveladores:

"... consideramos inadequado senão contraditório debater questões com seções sindicais que se opuseram a participar do último congresso do ANDES-SN e sobre questões lá tratadas, cuja execução já está em curso, ou mesmo fazer um debate com seções sindicais e

outras entidades da educação como se o nosso congresso já não tivesse se posicionado sobre elas.

Por essas razões e por entender que o propósito do seminário é o de questionar as deliberações de nossa instância máxima, cumpre-nos informar-lhes de que não estaremos participando do referido evento."

O Seminário reuniu direções e militantes do Movimento Docente, de oposição à direção da ANDES em sua quase totalidade. Oposição aberta: os objetivos foram colocados em informes encaminhados aos professores e outdoors anunciaram o evento, aberto no Salão Nobre da Reitoria. Oposição leal: a APUB convidou a Presidente da ANDES para a mesa "Estrutura Sindical e Movimento Docente" e esta indicou o 1º Vice-Presidente, para representá-la. A Profª Marina podia lembrar-se do espaço e atenção que recebeu na mesa-redonda,

promovida pela APUB, reunindo ANDES, ANDIFES, SBPC e PROIFES, para avaliar o GT Carreira, e da qualidade política e acadêmica do civilizado debate.

Estivessem os dirigentes da ANDES preocupados com a unidade (na diversidade) do Movimento Docente e na sua representatividade, deveriam aproveitar o momento em que ADs, representando 15.354 professores, iriam aprofundar questões relevantes para a categoria.

A recusa corroborou e fortaleceu a percepção de que, se nos eventos promovidos pela ANDES, não há espaço para opiniões divergentes ou diálogos francos sobre a categoria, sua direção reage a participar daqueles onde não haja garantia de impor seu pensamento.

A questão, então, não é, e, nem deveria ser, a participação no congresso. Na carta, a direção da ANDES coloca as decisões do mesmo como indiscutíveis e dogmáticas;

considera que não tem porque debatê-las com seções de sua base ou com outras entidades de Educação que, como o SINASEFE e a CONTEE, participaram do Seminário. Para a direção da ANDES, então, às Seções Sindicais caberia apenas obedecer e as outras entidades deveriam aderir ou não atrapalhar a política que considera certa para os professores, a Educação e a Universidade no Brasil. Tivesse a ANDES condição de impor esta posição, demonstraria centralismo, autoritarismo, arrogância de poder. Como não tem, forneceu prova inconteste da opção pelo isolamento sectário e antidemocrático.

A carta foi uma agressão premeditada. E seus autores forneceram ao professores e ao Movimento Docente uma CONFISSÃO autocondenatória.

Claudia Miranda  
Presidenta

## APUB cobra aprovação do PL 6368/05

Dezenas de professores têm procurado a APUB, cobrando informações sobre o andamento do Projeto de Lei nº 6368/05 (PL), que reajusta nossa remuneração. Também cobram ações concretas para obter a aprovação do que, bem ou mal, deveria constar de nosso contracheque desde janeiro. A situação exige um passo adiante.

O prazo para aprovação do PL na Câmara dos Deputados termina em maio, segundo calendário eleitoral, que não permite aumento salarial dos servidores públicos a partir de junho. A situação é grave. Sem a aprovação do PL, os docentes ficam mais um ano sem reajuste. É urgente a necessidade de mobilização da categoria.

Face ao imobilismo da ANDES, junto aos parlamentares, pela aprovação do PL, lideranças de várias Associações Docentes (ADs) decidiram promover ato em Brasília, na segunda semana de maio. A decisão foi tomada durante o Seminário promovido pela APUB. Todos reconhecem que esta mobilização deveria ser articulada pelo sindicato nacional, que, teoricamente, teria maior capacidade de reunir grande número de docentes.

A Diretoria da APUB já aprovou a ida de diretores para o ato em Brasília e está organizando uma série de atividades que sirvam de pressão, junto aos parlamentares, e dêem visibilidade às nossas reivindicações. Além do ato na capital federal, estão previstos, dentre outras atividades, contatos com a bancada baiana e reuniões com o MEC e parlamentares.

## Interdependência dos governos é nova tendência sul-americana, diz Cocco

Aconteceu uma virada na América do Sul, nos últimos anos, com a assunção ao poder de governos novos, não oriundos das elites que governavam países como Brasil, Venezuela e Bolívia. Eles surgem dos movimentos sociais e populares. Nesses governos, inaugura-se uma nova tendência, irreversível, da interdependência dos países, na formação de um bloco sul-americano. Verifica-se, inclusive, uma tendência de se abandonar os conceitos de socialismo em um

só país, de independência nacional e luta anti-imperialista. A meta seria construir um projeto continental.

Esse foi o ponto de partida da conferência proferida pelo Prof.

Giuseppe Cocco, na abertura do Seminário, dia 26 à noite, no Salão Nobre da Reitoria da UFBA. Cocco usou a conjuntura internacional para avaliar a atual conjuntura brasileira e defendeu o caráter democrático do atual governo, citando, como exemplo, o maior espaço para discussão política.



Em relação às universidades federais, Cocco destacou a conjuntura favorável à abertura de concursos, à criação de novas instituições e à democratização do acesso.

Cocco salientou que as críticas normalmente feitas aos novos governos sul-americanos não se sustentam. Como exemplo, ele afirmou que as críticas às políticas econômicas feitas ao governo

brasileiro pela esquerda nacionalista se embasam em dois pressupostos equivocados: a integração social depende do pleno emprego e a qualificação de um governo como sendo de esquerda depende exclusivamente da sua política de desenvolvimento nacional.

A exposição de Cocco, que durou pouco mais de meia hora, gerou amplo debate entre os participantes do seminário, durante quase duas horas. Vários deles definiram a conferência como instigante. As intervenções da platéia variaram desde o quadro para a eleição presidencial até os reflexos no Movimento Docente, passando por duras críticas à tese de que os novos governos latinos-americanos abandonariam o projeto nacional, colocando-se que este pode ser compatível com a articulação em blocos regionais.

## Movimento docente vive crise de representatividade

O Movimento Docente (MD) vive uma crise de apatia, esvaziamento e credibilidade. Mas alguma coisa precisa ser feita para recuperar a eficácia e a combatividade. Esse foi o tom da mesa-redonda "Perspectivas e lutas dos docentes", na manhã do dia 27, mediada pela presidente da APUB, Claudia Miranda. Foram expositores do tema Romualdo Campos Filho, Eduardo Rolim e Helena Serrazul, respectivamente presidentes das Associações dos Docentes das Universidades Federais de Goiás, Rio Grande do Sul e Ceará.

Em sua exposição, Romualdo Campos Filho avaliou que o atual quadro de crise do MD é consequência do modo como a direção da ANDES tem conduzido a entidade, a partir de uma visão exclusivista e partidarizada, que se choca com a realidade das bases. Segundo o professor, esta postura da entidade nacional está descolada da realidade.

Eduardo Rolim criticou a recusa da ANDES, em participar do seminário, associando-a à falta de democracia no sindicato nacional. Ele destacou a participação de quatro, das cinco associações docentes com mais de dois mil filiados, que se mostram insatisfeitas com os rumos da entidade nacional e querem debater a crise. Para Rolim, os principais desafios para o ano de 2006 são a campanha salarial, a construção de

uma nova carreira docente e a reforma universitária, há muito reivindicada pela categoria.

Helena Serrazul avaliou como adversa a conjuntura nacional, num ano eleitoral e polarizado, com o debate no Parlamento voltado para a crise ética e não para um projeto de país. Como alternativa à crise do MD, ela lembrou a iniciativa pioneira do Ceará, que instituiu o plebiscito como forma de consulta às bases, sem eliminar outras instâncias decisórias e que também atua como instrumento mobilizador da categoria. Por causa dele, o envolvimento da graduação e da pós foi tanto que só não houve paralisação em setores essenciais, como laboratórios.

### Salários e carreira

A criação de gratificações, conquistas judiciais não homogêneas e vantagens pessoais foram os principais fatores de esfacelamento da carreira e salários docentes, na avaliação de Rolim. Ele não advoga o reajuste linear até que as distorções sejam corrigidas. Segundo ele, hoje existem dois grupos de professores: 20% que, em valores médios, percebem R\$ 9,5 mil e 80%, que recebem R\$ 3,5 mil. Em contraposição, Helena Serrazul defende o reajuste linear e a incorporação das gratificações, por questão de princípio. Ela lamenta o fato



de o Projeto de Lei nº 6368/05, que reajusta os salários docentes, não ter sido aprovado ainda e considera prejudicada a Campanha Salarial 2006 em face do cenário político nacional.

### Profes

Eduardo Rolim destacou a inserção de um novo ator no MD, em 2005, o PROFES (Fórum dos Professores das IFES), que propõe novos parâmetros de negociação. Serrazul questionou a transformação do Profes em entidade e externou suas dúvidas quanto à construção de uma organização docente alternativa à ANDES, seja na forma de sindicatos locais, federação ou confederação. Ela reconheceu as dificuldades estruturais e as implicações do sectarismo prevalente na ANDES para o MD. Defendeu o aprofundamento dessas questões nas bases.

## Conflito com SINPROs suspendeu registro sindical da ANDES

A atual estrutura da Andes, anacrônica e gigantesca, é um dos elementos da crise de representatividade do sindicato nacional. Ao se transformar em sindicato, no final dos anos 80, a ANDES pretendeu representar os docentes de todas as universidades brasileiras, públicas e privadas, ignorando a existência prévia de sindicatos que já representavam docentes das particulares (SINPROs). Isso levou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) a questionar, na justiça, o registro sindical da ANDES, que hoje está suspenso.

Madalena Peixoto, coordenadora-geral da CONTEE, lembrou que há SINPROs com mais de 70 anos de existência. "Não queremos tomar a base da ANDES, mas as negociações não deram resultados", afirmou ela, que foi expositora da mesa Estrutura Sindical e Movimento Docente, na tarde do dia 27, ao lado de Gil Vicente, presidente do Proifes e da ADUFSCar, e Lúcia Reis, 1ª Secretária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sob mediação do vice-presidente da APUB, Jovini

Neto. Madalena Peixoto historiou o processo de transformação da ANDES em sindicato, a partir da Constituição de 1988, que permitiu a sindicalização de servidores públicos. Ela conta que, naquela época, ADs de particulares eram



contra a sindicalização, pois previam os problemas atuais. A atual situação prejudica sobretudo as negociações no setor privado, beneficiando somente os empregadores.

Peixoto salientou que o modelo de organização é tema atual do Movimento Docente das particulares, diferentemente do que acontece na ANDES. A CONTEE, fundada há 13 anos, propõe um novo tipo de organização, com deliberação pelas

bases do sindicato e eleição proporcional da Diretoria Nacional. Nesse modelo, o sindicato de base faz o embate e o papel da entidade nacional é fazer política nacional. Assim se faz política ativa e com independência. Madalena revelou que a CONTEE tem profundas críticas ao governo Lula, inclusive quanto à maneira como tem tratado a educação pública e à não-regulamentação do ensino privado.

Gil Vicente concorda que os problemas começaram a partir de 88, com a transformação da ANDES em sindicato, quando se decidiu aglutinar professores das instituições federais, estaduais, municipais e particulares num só sindicato.

Ele apontou os três principais problemas da atual estrutura sindical. O primeiro é o tamanho da diretoria, formada por 83 docentes. O segundo é o centralismo democrático, que exclui a democracia propriamente dita e atropela o direito de discordância, de debate. O terceiro é a representatividade nos Congressos e CONADs, pois não há proporcionalidade. E como não havia possibilidade de reversão desse quadro, segundo ele, fez-se necessário criar uma alternativa, o Proifes, um fórum de debates, com

apenas uma instância máxima, onde todos podem votar. Vicente lembrou que não se pode confundir a ANDES com o Movimento Docente e que as várias vitórias obtidas, ao longo dos anos, foram fruto do esforço de um conjunto de pessoas.

### CUT

Depois de historiar o contexto de criação da CUT e lembrar seus objetivos, Lúcia Reis ressaltou que existe hoje um debate sobre a CUT, com algumas poucas entidades discutindo a desfiliação. Ela questionou se houve uma acomodação das entidades filiadas e da estrutura da Central. Para ela, não adianta ganhar elenco com base e apoio de setores conservadores da sociedade, mas um acordo, às vezes, é absolutamente necessário. A CUT precisa intervir nas negociações e tem tido esse espaço no atual governo federal. Como projeto da CUT, há a tentativa de aprofundar o ramo da Educação, como já existe um ramo dos servidores públicos, vez que o antigo DNTE (Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação da Central) se esvaziou.

## IFES têm de quebrar tabus para se expandirem

A universidade pública brasileira vai ter de quebrar três de seus principais tabus, caso deseje se expandir, na atual tendência de universalização do ensino superior, e, pelo menos, recuperar a proporção histórica entre ensino superior público e privado. Até a década de 80, existia um equilíbrio. De 50% a 40% alunos estavam matriculados nas públicas. A partir do governo Fernando

pós-graduação profissionalizante. Como exemplo, ele citou a situação do profissional de nível médio, que ganha cerca de R\$ 800. Se faz um curso superior, seu salário salta, em média, para R\$ 2,4 mil. Com mestrado, pode passar para R\$ 4,5 mil. Considerando a realidade brasileira, Paulo Henrique não acha justo que se transfiram recursos públicos que poderiam aumentar a quantidade de cidadãos na faixa dos R\$ 2,4 mil, para aumentar o número daqueles na faixa dos R\$ 4,5 mil. A exceção deveria ser apenas para os profissionais de ensino.

O segundo tabu, é a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Por exemplo, não se pode exigir que os alunos que fazem um curso noturno, estendido, tenham a mesma disposição e disponibilidade para fazer pesquisa de madrugada, já que trabalham oito horas diárias.

O terceiro tabu é a criação dos cursos seqüenciais, pois, na academia brasileira, existe um preconceito de que cursos com menos de quatro anos de duração não seriam cursos universitários.

### CEFET

O processo de expansão dos CEFETs não tem sido acompanhado dos investimentos públicos necessários à sua efetivação. No

início do século 20, quando começou a educação federal técnico-profissionalizante no Brasil, foram criadas 19 escolas de aprendizes e artifices. Hoje, são 144 unidades de ensino. O governo promete chegar a 200 até o final do ano.

A rede de ensino técnico-profissionalizante abrange o ensino médio da Escola Pedro II (RJ), cursos técnicos, tecnológicos, graduação e pós-graduação, além de programas específicos do governo federal. São 33 CEFETs, 38 unidades descentralizadas (UNEDs), 1 escola técnica, 36 agrotécnicas, 35 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e uma universidade tecnológica.

"Essa criação não veio acompanhada de investimentos na capacitação e qualificação do pessoal que está nessas instituições", reclamou Maria Cristina Silva. A rede tem hoje cerca de 30% de docentes com especialização, mestrado e doutorado, a maioria titulada por esforço próprio. Outro problema é a carreira, pois, apesar da oferta de cursos superiores e de pós-graduação, há CEFETs que não têm sequer um docente da carreira do ensino de 3º grau. Como exemplo, ela citou o Nordeste, onde apenas os CEFETs da Bahia, Maranhão e Piauí têm docentes de 3º grau em seus quadros.



Henrique Cardoso, o ensino privado atingiu escandalosos 80% das vagas. Assim Paulo Henrique Almeida, diretor da APUB, concluiu sua exposição na mesa-redonda Política de Expansão das IFES e CEFETs, dia 27 à noite, que dividiu com Maria Cristina Silva, coordenadora do SINASEFE, sob mediação da presidenta Claudia Miranda.

Segundo o professor, o primeiro tabu é a máxima de o ensino superior ser gratuito para todos, especialmente os cursos de

## Glossário

- AD - Associação Docente
- ADUFC - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará
- ADUFG - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás
- ADUFMS - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
- ADUFRGS - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- ADUFSCAR - Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos
- ADURN - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- APUBH - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Minas Gerais
- ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
- CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
- CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- DNTE - Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT
- MD - Movimento Docente
- UNED - Unidades descentralizadas de Educação ligadas aos CEFETs, Escolas Técnicas e Agrotécnicas.

Presidentes de Associações Docentes presentes ao Seminário responderam a duas perguntas essenciais neste momento: 1) Como o Sr(a). define a crise do Movimento Docente; 2) Qual a alternativa para sua superação?. Confira as respostas.



**João da Mata Costa, presidente da ADURN**

1) Crise de representatividade e desvinculação das bases. Sindicato omissivo nas questões do dia-a-dia do professor. A universidade cresceu muito e melhorou a sua qualificação, mas o sindicato não evoluiu. No início da ANDES, os professores eram jovens e parecidos, os salários iguais etc.. Hoje há uma grande diferenciação salarial e situações muito distintas. Há descrédito em relação à via sindical. O sindicato não consegue dialogar com as bases.

2) Formas de comunicação mais modernas e efetivas. Os professores estão sobrecarregados e não têm tempo de permanecer em reuniões/assembleias infundáveis. Sindicato autônomo e desvinculado de qualquer partido político e do governo, o qual não cumpre o prometido; que resgate a credibilidade de fiel representante das demandas dos professores sobre condições de trabalho, carreira e precarização do trabalho docente. Novas formas de reivindicação salarial, que não seja greve. Consultas plebiscitárias. Discussão sobre a federalização (um caminho possível).



**Osvaldo Nunes Barbosa, presidente da ADUFMS**

1) A crise é de representação política. Completamos 12 anos sem reajuste salarial e não conseguimos interferir no processo de expansão das IFES. Outro fato que contribui para reforçar a crise são as últimas greves, que só atingiram parcialmente as atividades de graduação, nas turmas iniciais, inclusive de cursos considerados "menos importantes", por serem de menor procura e, portanto, de menor peso político. Também contribui para o aumento da crise, o fato de que, cada vez

mais, as fundações interferem no processo remunerativo de percentuais maiores de docentes.

2) A superação só ocorrerá com novas formas de representação política, que, no primeiro momento, pelo menos, sejam direcionadas aos professores das federais, até porque o governo tem negociado com categorias de forma segmentada. Estratégias de mobilização eficientes terão de ser desenvolvidas, para retomarmos nossa luta pelo ensino público de qualidade, com capacidade de expansão.



**Robson Mendes Matos, presidente da APUBH**

1) Inicialmente, é importante frisar que a crise não é exclusiva do MD. Todos os movimentos sociais passam por um esvaziamento. Não nos restam dúvidas, entretanto, de que a crise

no MD é maior e vem sendo agravada pelo autoritarismo da direção da ANDES.

2) Várias alternativas são possíveis para a recuperação do MD. Dentre elas, nós, da APUBH, acreditamos que a mais viável seja a aglutinação em torno do Proifes.



**Gil Vicente Reis de Figueiredo, presidente da ADUSFCar**

1) A crise é a consequência do esgotamento do aparelhamento da ANDES por um grupo político-partidário, que se enquistou no seu interior e que tem, ao longo dos anos, tentado impor aos professores, particularmente aos das IFES, concepções ideológicas e ações concretas que não correspondem ao pensamento e às opções da imensa maioria deles. Esse processo chegou a seu ápice em 2004, com a deflagração de greve e instalação de CNG à revelia da vontade dos docentes, e com a recusa da ANDES em discutir a Reforma da Educação Superior. Isso levou a entidade a um completo isolamento no cenário político nacional, distanciando-a ainda mais de seus associados.

2) A fundação do PROIFES, em 2004, e as atuais discussões sobre a criação de sindicatos locais e, na sequência, de uma federação, são respostas iniciais que tentam apontar soluções. A estrutura do PROIFES é inovadora. Sem diminuir a importância de reuniões presenciais, a nova entidade aposta nas Consultas Eletrônicas: a internet permite que docentes de todas as IFES, centrais ou distantes, tenham acesso equânime a debates, apresentação de propostas e votações. O voto é direto: não há "delegados", que, no meio do caminho, "interpretem" posições, nem deformação numérica da representação. O debate sobre fundação de sindicatos locais não só é politicamente relevante, como juridicamente essencial, já que a ANDES deixou de ser sindicato com a cassação do registro.



**Eduardo Rolim, presidente da ADUFRGS**

1) A principal crise do MD é de legitimidade e representatividade. Assembléias esvaziadas, ANDES que não negocia com o governo os interesses dos docentes. Esta crise é fruto da ação política sectária da Diretoria do ANDES, que se aproveita de eventos (Congressos e CONADs), que não são proporcionais e, portanto, de forma manipuladora, só aprovam aquilo que é definido, politicamente, pela Diretoria. Na

realidade, o ANDES é hoje um aparelho de partido político, que só baseia sua ação em objetivos privados de seus dirigentes.

2) Duas alternativas se colocam: uma ação política, com fortalecimento do Proifes, que, na prática, tem sido um efetivo representante dos professores junto ao governo. A segunda é construir entidades com registro sindical em nível local e uma federação nacional, para que os professores tenham instrumento legal de representação, que não têm hoje.



**Romualdo Pessoa Campos Filho, presidente da ADUFG**

1) A crise é fruto da incapacidade de uma estrutura anacrônica em atender às nossas demandas. Do ponto de vista político, o comportamento da ANDES, de artificializar uma radicalidade e confrontar o governo em momentos de negociações importantes, impede vitórias. Nossas lutas específicas ficam prejudicadas por tentativas vãs de unificação de pautas dos servidores públicos federais, por meio de reajustes lineares. É urgente priorizar as

mudanças da carreira docente, ao contrário do que prioriza a ANDES: expandir as ações para as universidades particulares.

2) Precisamos conquistar nossa autonomia local. A ANDES não tem registro sindical e estamos descobertos juridicamente. Transformarmos nossas ADs em sindicatos locais e partir para a criação de uma federação de sindicatos de professores das universidades federais pode ser o caminho adequado, para priorizarmos nossas lutas específicas.



**Claudia Miranda, presidente da APUB**

1) Uma crise de ordem estrutural-organizativa e política. A estrutura e organização do MD, a partir da ANDES, funciona como uma grande central sindical, à medida que o "sindicato nacional" tenta representar docentes da rede privada e da rede pública nas esferas municipal, estadual e federal. Esta situação prejudica, política e juridicamente, a definição e o encaminhamento de ações e reivindicações dos docentes nas diferentes esferas de governo e níveis de ensino.

amplamente com os professores, na base de cada setor. Para os professores das universidades federais, uma das alternativas que se deve discutir na base é a constituição de organizações locais (sindicatos locais), reunidos numa federação, tal como funciona a FASUBRA, entidade que representa os técnico-administrativos. É preciso pensar uma nova organização, que garanta maior autonomia das ADs; maior participação dos docentes nas instâncias decisórias; representatividade equilibrada nos eventos nacionais; enfim, maior mobilização dos professores das IFES em torno das suas reivindicações específicas: salário e condições dignas de trabalho.

2) As alternativas devem ser discutidas

